

■ NACIONAL

Pastore ataca a política de valorização do real

Economista prevê déficit em conta corrente de US\$ 24 bilhões

por Ivanir José Bortot
de Brasília

A valorização excessiva do real diante do dólar e uma política deliberada de estímulo às importações, produzindo, no fim da linha, um déficit em conta corrente do balanço de pagamentos do País é o "convívio central do Plano Real". A constatação é do presidente do Banco Central Affonso Celso Pastore, manifestada ontem no seminário sobre um ano de Plano Real, promovido pela Câmara dos Deputados. A consequência dessa política será um déficit nas transações correntes, segundo Pastore, de cerca de US\$ 24 bilhões, o maior na história recente do País. Em 1982, no auge da crise cambial, o déficit foi de US\$ 14,755 bilhões.

Pastore não deu receita para solucionar o desequilíbrio das contas externas, por não querer assumir um "problema que é do governo". Mas acha que a equipe econômica deverá aprofundar a atual política recessiva nos próximos três meses. Assim, haveria uma queda ainda maior da demanda interna e uma redução das importações. Esta redução seria maior caso o Banco Central viesse a corrigir a atual política de ju-

O BC acabou revogando a banda cambial, ao fazer a intervenção da semana passada

ros. A adoção do controle nos compulsórios dos depósitos a vista e a prazo contribuiu para elevar o custo do crédito e reduzir o consumo de bens internos. As importações de bens, no entanto, têm sido financiadas com recursos externos captados com taxas de juro mais baixas. Pastore entende que seria necessário fixar taxas de juro primárias mais elevadas para inibir as importações.

A atual política cambial de administração da taxa no exterior da banda foi considerada, por Pastore, uma "intervenção". "O BC passou a comprar e vender dentro da banda com poder discricionário." Esta nova visão da política cambial levou o governo a promover o reforço das re-



Affonso Celso Pastore

servas cambiais, com a compra, no exterior, de ienes e marco alemão com emissão de bônus do Tesouro Nacional, para que possa sustentar a posição de R\$ 0,99 da faixa superior da banda. "O governo deixou claro que não quer a moeda. Quer o câmbio", disse Pastore, ao se referir à escolha feita pela equipe econômica do principal instrumento para garantir a estabilidade do real. O governo terá pela frente tarefas na área fiscal a serem cumpridas, como eliminação de grande parte da sua dívida interna, para assegurar um poder efetivo de controle da moeda.

O processo de desindexação da economia, iniciado com a criação da Unidade Real de Valor (URV) foi elogiado pelo ex-presidente do BC, embora ainda não tenha sido concluído. "Há ainda no mercado uma demanda e uma oferta por indexação, que só acabará quando houver segurança sobre o comportamento da inflação futura e a estabilidade efetiva da moeda", disse. Ele participou ontem com os deputados Antônio Kandir (PSDB-SP), José Fortunati (PT-RS) e Yeda Crusius (PSDB-RS), do seminário sobre um ano do Real, promovido pela comissão de tributação da Câmara. Abaixo os principais pontos discutidos:

■ A defasagem cambial de 30%, calculada por Pastore e Maria da Conceição Tavares (PT-RJ), é um dos principais fatores que levarão desequilíbrio da conta de transações correntes. A defasagem contribuiu para elevar as importações em substituição à produção doméstica. Entre janeiro e abril, houve aumento de 100% nas compras externas de matérias-primas em

relação a igual período do ano passado. Essa defasagem cambial foi provocada por uma política de juros altos, que contribuiu para aumentar o ingresso de capital estrangeiro, trazendo impacto indesejado sobre a dívida interna. Quanto maior o ingresso de dólares, mais se reduz a taxa de câmbio e maior a contribuição para aumentar as importações. O sistema de bandas criado pelo Banco Central acabou sendo abandonado na última semana, segundo Pastore. "Nunca vi uma intervenção dentro da banda. O BC acabou revogando a banda ao fazer uma política de compra e venda discricionária", disse. Pastore lembrou aos deputados das experiências de câmbio fixo em vários países e alertou: "O Banco

"O governo põe no mercado R\$ 30 bilhões ao ano, com juros e correção da dívida"

Central não pode fixar taxas de câmbio porque estas podem produzir fatores inconvenientes, como aqueles que vive a Argentina. Esse país terá que promover uma desvalorização do seu peso e, como consequência, deverá entrar em um processo recessivo".

■ Transações Correntes — O déficit em conta corrente é resultado de desequilíbrios na balança comercial e de serviços. Pastore estima em US\$ 17 bilhões o déficit da balança de serviços, ante US\$ 14,4 bilhões em 1994. Na crise cambial de 1982, o déficit de serviços atingiu US\$ 15,5 bilhões. A balança comercial neste ano caminharia para um déficit de US\$ 7 bilhões, estima ele. No ano passado teve um superávit de US\$ 10 bilhões e em 1982 o superávit atingiu apenas US\$ 780 milhões. Pastore acredita em um déficit da balança comercial neste ano, nos patamares projetados, em função de efeitos estruturais da política de comércio exterior e da política de financiamento das importações. A abertura feita há quatro anos com redução de alíquotas de importações contribuiu para o desembolso neste ano de US\$ 6 bilhões com automóveis, independente da política de abertura promovida pelo Real. O sistema de financiamento das

importações, com juros externos de 4% ao ano, é outro fator de estímulo. O saldo dos financiamentos às importações é o dobro do que foi destinado até agora a exportações.

■ Dívida pública/demanda — O principal ajuste que terá que ser feito, daqui para frente, é o fiscal. Antonio Kandir apontou uma agenda com um conjunto de providências que devem ser adotadas para acabar com desequilíbrios da Previdência Social e orçamentária. Pastore estabeleceu uma relação direta entre a necessidade de conter a demanda interna e a redução da dívida pública. A atual dívida interna de R\$ 100 bilhões da União, estados e municípios, seria responsável pela injeção de recursos, na forma de juros e correção pagos pelo governo ao mercado de R\$ 30 bilhões ao ano. "São recursos que vão para o consumo", enfatiza Pastore. Ele espera que o governo promova uma privatização e use os recursos para abater a dívida pública. Só que a partir deste momento o governo não poderá mais elevar taxas de juro porque estaria se endividando novamente. Assim estaria fazendo uma política fiscal contracionista contribuindo para reduzir a demanda na economia.

O Plano Real gerou, segundo Pastore, uma transferência de recursos do governo para a sociedade entre 2,5% e 3,5% do Produto Interno Bruto. Este percentual corresponde ao imposto inflacionário que ficava com o governo em função da desvalorização da moeda que estava em poder do público, na fase de inflação alta. Com a criação do real, seria necessário um superávit operacional nas contas públicas de 2,5% a 3,5% do PIB para manter o equilíbrio fiscal sustentável.